

MUDANÇAS AMBIENTAIS GLOBAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS: RISCOS E ALTERNATIVAS



Alberto Matenhauer Urbinatti (betomatur@hotmail.com)
Orientadora: Prof. Dr^a. Leila da Costa Ferreira (leilacf@unicamp.br)



Universidade Estadual de Campinas - INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AMBIENTAIS (NEPAM)
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
Palavras-chave: mudanças climáticas – risco – governos

Introdução

Esta pesquisa está inserida no componente de Políticas Públicas do projeto interdisciplinar “Crescimento urbano, vulnerabilidade e adaptação: dimensões sociais e ecológicas das mudanças climáticas no litoral de São Paulo” (Processo Fapesp 08/581597). Considerando os diversos riscos que estão relacionados às mudanças ambientais globais – dentre elas, as mudanças climáticas –, nota-se certa vulnerabilidade dos municípios litorâneos que, por conseguinte, devem estar atentos à formulação de políticas públicas que englobem essa questão. Nesse contexto, os objetivos gerais deste estudo estiveram relacionados a um mapeamento dos desafios colocados pelo aquecimento global e as respostas que os governos tem construído em relação ao problema. Especificamente, objetivou-se mapear no município de Santos a estrutura institucional administrativa e as iniciativas dos poderes Executivo e Legislativo em torno do problema das alterações no clima.

Metodologia

Foi realizada uma análise de dados através dos portais eletrônicos das prefeituras e câmaras dos municípios litorâneos do Estado de São Paulo e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); posteriormente, foram utilizadas publicações da imprensa; e, por fim, pesquisa de campo visitando lugares de interesse e realizando entrevistas com alguns agentes governamentais locais. A “teoria do risco” de Ulrich Beck (1992), partilhada também por Giddens (1991), entre outros autores, foi utilizada como aporte teórico desse estudo. Essa teoria agrega elementos fundamentais para a compreensão da crise ambiental na modernidade avançada, na medida em que identificam os novos riscos e suas múltiplas implicações sociais em contraste com os limites epistemológicos, institucionais, políticos e jurídicos da ordem social instituída.

Resultados

Principais Iniciativas do Legislativo de Santos:

- Lei nº 2.473, de 23 de julho - Art. 9 2007, que entre seus itens prevê implantação de política de combate aos efeitos do aquecimento global.
- Lei nº 2.563, de 24 de julho - Art.9 2008, que prevê implantação de política de estudo e combate aos efeitos do aquecimento global
- Requerimento de nº 072008, que buscou instituir uma Comissão Especial de Vereadores (CEV) para tratar das medidas capazes de amenizar e prevenir as causas e consequências do aquecimento global, especialmente os efeitos em relação às modificações do relevo da Costa Litorânea e das ameaças às praias
- Lei nº 2.638, de 23 de julho - Art. 9 2009, que em um dos itens é previsto um Plano Ciclovário regional, com a ampliação da rede viária e incentivo a utilização de bicicletas.
- Requerimento de nº 4029/2009 (Resolução nº 129), que pediu inserção nos anais da Casa o “Manual de Etiqueta – Novas ideias para enfrentar o aquecimento global e outros desafios da atualidade”
- Projeto de Lei nº 147/2010, que dispõe sobre a criação do Projeto Nosso Mar, de discussões sobre o aumento do nível do mar e dá outras providências. O projeto prevê encontros, reuniões e medições da faixa de areia das praias de Santos. Discussões uma vez por ano, na semana do meio ambiente.

Principais Iniciativas do Executivo de Santos:

- Em 2005, a Prefeitura de Santos participou do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade.
- Santos representou a Baixada Santista no conselho que implementou a PEMC (Política Estadual de Mudanças Climáticas).
- O programa Santos Novos Tempos, segundo o portal da Prefeitura Municipal de Santos, é um aliado da PEMC, pois já foram identificadas as áreas com risco geológico e de inundações, entendendo a vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas.
- Ampliação da rede de ciclovias da cidade.
- Proposta de um Plano Climático Territorial, que tem por objetivo a identificação das fontes de gases causadores do efeito estufa no município.
- O prefeito participou da quarta edição da Conferência Mundial da Rede C40, em São Paulo, que aconteceu no mês de junho de 2011.
- A prefeitura organizou o Fórum Santista de Sustentabilidade, na Semana do Meio Ambiente, em 2011.

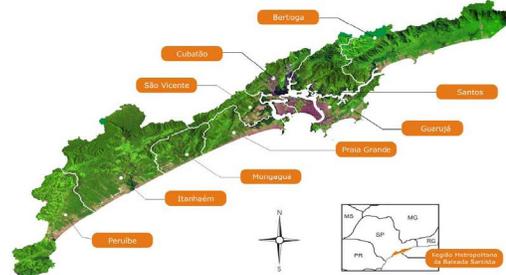


Tabela 1 – Estruturas Políticas-Institucionais dos Municípios Litorâneos da Baixada Santista

Área de atuação*	Relação de municípios	Quantidade de municípios
Desenvolvimento Econômico: Secretarias: Coordenadorias (Agricultura; Pesca; Indústria; Comércio; Ciências; Tecnologia)	Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Santos e São Vicente.	7
Desenvolvimento Social: Secretarias: Coordenadorias (Ação social; Promoção Social; Assistência Social; Cidadania)	Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.	9
Desenvolvimento Urbano: Secretarias: Coordenadorias (Habitação; Obras Públicas; Serviços Públicos; Infraestrutura)	Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.	9
Ambiente: Secretarias: Coordenadorias	Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.	9
Planejamento (Gestão): Secretarias: Coordenadorias	Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Santos e São Vicente.	7
Saúde: Secretarias: Coordenadorias	Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.	9
Segurança: Secretarias: Coordenadorias; Diretorias (Segurança Pública)	Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Santos e São Vicente.	6

*Algumas secretarias, coordenadorias ou diretorias atuam em torno de um tema específico (por exemplo Planejamento: Meio Ambiente; etc.), enquanto outras englobam mais de um tema (Planejamento e Meio Ambiente, por exemplo).
Fonte: O autor, através dos portais eletrônicos das prefeituras.

Fonte: AGEM, 2008.

Tabela 2 – Estrutura administrativa dos governos municipais da Baixada Santista em relação a questões ambientais

Municípios	Órgão Gestor do Meio Ambiente no Município	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Fundo Municipal de Meio Ambiente	Elaboração da Agenda 21 Local e Estágio em 2009	Legislação Específica Para a Questão Ambiental
Bertioga	Secretaria exclusiva	Desde 1998 (Regular)	Sim	Não	Sim (Código Ambiental)
Cubatão	Secretaria exclusiva	Desde 1975 (Regular)	Sim (Irregular)	Sim (Regular)	Sim (Capítulo ou Artigo na Lei Orgânica)
Guarujá	Secretaria exclusiva	Desde 2006 (Regular)	Não	Sim (Irregular)	Sim (Capítulo ou Artigo na Lei Orgânica)
Itanhaém	Secretaria em conjunto com outros temas	Desde 1989 (Regular)	Sim (Irregular)	Sim (Irregular)	Sim (Capítulo ou Artigo na Lei Orgânica)
Mongaguá	Secretaria exclusiva	Desde 1989 (Regular)	Não	Não	Não
Peruíbe	Secretaria Subordinada Diretamente à Chefe do Executivo	Desde 1989 (Regular)	Sim (Irregular)	Sim (Irregular)	Sim (Capítulo ou Artigo na Lei Orgânica)
Praia Grande	Secretaria em conjunto com outros temas	Desde 2000 (Irregular)	Não	Sim (Irregular)	Sim (Decreto Lei)
Santos	Secretaria exclusiva	Desde 1998 (Regular)	Não	Sim (Irregular)	Sim (Decreto Lei)
São Vicente	Secretaria em conjunto com outros temas	Desde 1984 (Regular)	Não	Sim (Regular)	Sim (Capítulo ou Artigo do Plano Diretor)

Fonte: adaptado de IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2008 e 2009.
Obs:evocação para nomear Regular ou Irregular foi usada como avaliação a atividade nos últimos 12 meses no ano de 2009.

Conclusões

Por se tratar de uma região litorânea com grande susceptibilidade, devido à complexa biodiversidade presente, entre outros fatores, o tema ainda aparece de maneira tímida diante dos inúmeros problemas ambientais enfrentados nos últimos anos. De acordo com o levantamento de informações feito nesta pesquisa, notou-se que não só o município de Santos, mas todas as cidades da Região Metropolitana da Baixada Santista apresentam um conjunto de equipamentos de gestão – principalmente do “meio ambiente” – que, se mobilizados para o funcionamento regular, têm chances de encarar responsavelmente os possíveis problemas. Por fim, observou-se, não só a partir das entrevistas, mas também a partir do entendimento das irregularidades notadas nas estruturas administrativas ligadas ao tema ambiental que, diferente do esperado, a questão das mudanças climáticas não está centrada essencialmente na Secretaria de Meio Ambiente santista.

Referências

- BECK, U. *Risk Society*. Beverly Hills: Sage, 1992.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.